

Comissão estuda mudança, mas pretende mesmo é revogar a LSN

BRASÍLIA — Revogação da Lei de Segurança Nacional e um capítulo especial no Código Penal para os crimes contra o Estado democrático, além do expurgo da Justiça comum dos chamados crimes contra a segurança externa, entre os quais a traição e a espionagem, já previstos no Código Penal Militar. Estas são as diretrizes do projeto de revisão e atualização da LSN que será elaborado no dia 21, em Curitiba, pela comissão designada pelo Ministro da Justiça, Paulo Brossard, para a criação da Lei de Defesa do Estado Democrático.

A comissão é encabeçada pelo Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

(CNPCCP), Eduardo Muylaert, e formada pelos conselheiros Antônio Evaristo de Moraes Filho, Elizabeth Sussekind, João Benedito de Azevedo Marques, José Arthur Rios, René Dotti e Sérgio Marcos de Moraes Pitombo.

De acordo com Muylaert, se não for possível a completa revogação da LSN, serão suprimidos dois dispositivos considerados "defeituosos", referentes à prisão cautelar (que mantém o preso comunicável) e à competência da Justiça Militar para julgar crimes contra o Estado. Pelo projeto do CNPCCP, essas anomalias cairiam, mas como último recurso, porque o Conselho pretende mesmo

é a eliminação total da LSN, criada em 1967 pelo Governo militar e modificada em 1982, com a supressão, entre outras atenuações, da pena de morte.

Pelo novo projeto, o crime da tortura não deverá constar na Lei de Defesa do Estado Democrático, mas sim no capítulo do Código Penal que trata dos crimes contra a pessoa (homicídio e lesão corporal), com as penas aplicadas cumulativamente às já existentes. A parte referente à prisão cautelar e à competência da Justiça Militar foi voto vencido do criminalista Evaristo de Moraes Filho quando integrava a comissão também formada para examinar

a LSN, na gestão do ex-Ministro Fernando Lyra.

Na reunião de Curitiba, o Conselho examinará a proposta do conselheiro René Dotti de acrescentar ao Código Penal dois capítulos especiais prevendo penas para os crimes contra o meio ambiente e contra a memória nacional. Com relação à Lei de Imprensa, há duas tendências. Uma é que deve haver uma lei especial de defesa da liberdade de imprensa. A outra, que seja levada para o Código Penal toda a parte penal. A Comissão consultará a categoria dos jornalistas antes de elaborar o projeto da nova Lei de Imprensa.

Foto de Gustavo Miranda



Na presença de Ulysses, Afonso Arinos entrega a Cabral sua emenda sobre sistema parlamentarista

INDEXADO Sem consenso, Cabral adotará sistema de governo de Arinos

BRASÍLIA — Se na reunião da próxima quinta-feira com os líderes de todos os partidos, não for possível obter consenso em torno do sistema de governo, o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral vai manter o texto existente no atual projeto de Constituição, acrescido da emenda apresentada pelo Senador Afonso Arinos, sobre o assunto.

O sistema parlamentarista proposto pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, é do tipo clássico e foi inspirado no projeto do Deputado Raul Pilla (emenda à Constituição número 23/64). A proposta amplia largamente aquela aprovada pela Comissão Temática — o parlamentarismo misto — e evita que o Senado fique marginalizado do processo de escolha do Chefe do Governo, seguindo orientação dos modelos italiano e espanhol, de acordo com a justificativa à emenda, redigida por Arinos.

Ao apresentar a sua proposta, encaminhada ao Relator da Comissão, Bernardo Cabral, o Senador lembra que esta fórmula foi apoiada à época por Tancredo Neves, pelo então Senador José Sarney, por Aliomar Balleiro, Mário Covas, Adauto Lúcio Cardoso, Brito Velho "e tantos outros ilustres companheiros aos quais, agora, rendo homenagem ao mesmo tempo em que aproveito para reiterar a revisão do meu enten-

dimento, à época a ela contrário".

A proposta emenda os artigos 165 e 166 do atual anteprojeto de Constituição e as condições estão especificadas em cinco parágrafos. O modelo estabelece que a nomeação do Primeiro-Ministro, de competência do Presidente da República, ocorrerá depois de consultas às correntes partidárias que compõem a maioria do Congresso Nacional. Compete ao Congresso aprovar e nomear os demais integrantes do Conselho de Ministros. A proposta prevê o voto de confiança da Câmara dos Deputados no Primeiro-Ministro e Conselho de Ministros e a moção de confiança solicitada pelo Governo à Câmara, quando for constituído ou em qualquer outra oportunidade, será aprovada pelo voto da maioria simples.

Bernardo Cabral disse que trabalha com três opções: parlamentarismo puro, presidencialismo puro e a emenda do Presidente da Sistematização. Ele negou-se a dar uma opinião pessoal sobre qual sistema prefere para o Brasil.

— Não posso fazer isso, porque sou parlamentarista, declarou.

A duração do mandato do Presidente Sarney é outro ponto difícil. Cabral espera que as lideranças decidam o assunto. Se isso não ocorrer, porém, vai manter o que está no atual projeto de Cons-

tituição, ou seja: cinco anos de mandato.

O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, que esteve na reunião de ontem da cúpula da Sistematização, voltou a defender um presidencialismo com regras parlamentaristas. O sistema defendido por Sant'Anna atribui a Chefia do Estado e do Governo ao Presidente da República.

Pela proposta de sistema de governo de Afonso Arinos, a moção de censura somente poderá ser apresentada seis meses depois da posse do Primeiro-Ministro. O voto contrário da Câmara dos Deputados a uma proposta do Conselho de Ministros não implicará na obrigação de renúncia, a não ser que dela se tenha feito uma questão de confiança.

A proposta prevê ainda que a aprovação de moção de censura ou a rejeição de voto de confiança só implicarão na exoneração do Primeiro-Ministro e depois integrantes do Conselho de Ministro se a Câmara eleger, em 48 horas, por maioria absoluta, o sucessor do Chefe de Governo. Na impossibilidade de constituir-se um novo governo por falta de apoio parlamentar, comprovada em sucessivas recusas a três conselhos nomeados, o Presidente da República poderá, ouvido o Conselho da República, dissolver a Câmara Federal e convocar eleições extraordinárias.

INDEXADO Relator definirá fonte de custeio para seguridade

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), deverá definir, no seu substitutivo, mais de uma fonte de custeio para a seguridade social, além dos descontos nas folhas de pagamento. A medida, que ainda gera controvérsias, foi anunciada pelo Deputado José Serra (PMDB-SP), que participou da reunião da cúpula da Sistematização, no Banco do Brasil. Segundo o parlamentar paulista, há consenso sobre a criação do sistema de seguridade — que inclui Previdência, Saúde e Assistência Social — e sobre a implantação de um atendimento universal. Também foi ponto de acordo a continuidade das contribuições sociais específicas. Serra afirmou que, no caso da Saúde e da Assistência Social, os recursos virão da União e de outras contribuições sociais, cujo disciplinamento dependerá da lei.

O Relator Bernardo Cabral considera que a vinculação do salário-educação à folha de pagamento é um dos pontos a impedir o acordo, mas Serra garante que a disposição será mantida. Cabral informou que manterá as contribuições que sustentam o Sesi, o Sesc, o Senai e o Senac: "Nisso já tomei posição. Eu vou manter estas instituições". Ele disse que o recebimento de uma emenda com mais de um milhão de assinaturas e o grande número de emendas apresentadas por parlamentares lhe dão segurança suficiente para tomar essa atitude.

Segundo o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a seguridade foi um dos pontos que provocou maiores discussões, na reunião de ontem na casa do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP). Para aprofundar o assunto, Cabral convidou para a reunião de hoje, com a cúpula da Sistematização, o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o Relator da Comissão da Ordem Social, Deputado Almir Gabriel (PMDB-PA). A reunião com o ministro terá início às 20h30m. Bernardo Cabral informou que a estabilidade também será discutida com Pazzianotto, visando beneficiar os trabalhadores. "Estou tentando melhorar um pouco o texto do Ministro", ressaltou.

Bancada de Pernambuco apóia emendas

RECIFE — A bancada pernambucana do PMDB subscreverá todas as emendas populares apresentadas à Constituinte. Foi o que revelou ontem o Deputado Maurílio Ferreira Lima. Segundo ele, até as emendas consideradas "absurdas", com as quais os Deputados não concordam, são consideradas representativas.

Os parlamentares resolveram tomar essa atitude a partir do número expressivo de assinaturas que as emendas conseguiram colher. Para Maurílio, as 15 milhões de assinaturas — "número superior à população de muitos países" — significam que houve uma ampla mobilização popular e, por isso, "devem ser devidamente consideradas".

A bancada só não está unida em relação à emenda que marca a eleição presidencial para 88. Maurílio reconhece que a oferta de cargos públicos é uma grande arma do Governo para impedir a aprovação.

INDEXADO Pequenos partidos tentam derrubar o voto distrital

BRASÍLIA — No debate de hoje sobre Sistema Eleitoral e Voto Distrital, na sessão noturna extraordinária da Assembleia Nacional Constituinte, os pequenos partidos estarão empenhados em derrubar a proposta do Relator Bernardo Cabral de implantar o chamado "voto distrital misto", modelo alemão, nas eleições para a Câmara e o Senado.

— A aprovação desse projeto seria o primeiro caso, em todos os países do mundo, de retrocesso no processo eleitoral. A grande maioria dos países democráticos evoluiu do voto distrital para o proporcional — afirma o Deputado Paulo Delgado (PT-SP), um dos oradores de hoje.

Os argumentos dos pequenos partidos contra o voto distrital são praticamente os mesmos. Eles refutam o tese de que o sistema evitaria o abuso econômico nas eleições, com a alegação de que em áreas restritas um candidato pode fazer investimentos mais direcionados na sua cam-

panha.

— Além disso, o sistema distrital no Brasil privilegiaria os distritos rurais, onde se concentra um eleitorado mais conservador e oligárquico, em detrimento dos distritos urbanos, onde se concentram a maior parte dos trabalhadores e as camadas progressistas da sociedade — acredita o Deputado Roberto Freire, Vice-Presidente do PCB.

O voto distrital, para os pequenos partidos, também apresentaria a inconveniência de reduzir as grandes questões nacionais, "que seriam a incumbência da Câmara, a problemas paroquiais, de fundo de quintal", argumenta Freire. Opinião de que compartilha o Líder do PDS, Deputado Amaral Netto.

— Eles querem vereadores de luxo. Um tipo de voto para quem tem ou curral eleitoral ou muito dinheiro. Eu, como não tenho nenhum dos dois, só posso ser contra — diz Amaral Netto.

Presidente da OAB confia na nova Carta

RECIFE — O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, disse ontem que aguarda a Constituição "sem ilusões, mas com alguma esperança". E afirmou que todo o povo brasileiro espera que a Constituinte entenda o momento político e lance as bases de uma verdadeira democracia, fundamentada no bem estar social.

Bastos frisou que a próxima Constituição "em hipótese alguma será pior que a atual, que é ilegítima e não contém os instrumentos capazes de promover as mudanças políticas, econômicas e sociais que o País exige".

O Presidente da OAB defendeu eleições presidenciais no máximo 120 dias depois de promulgada a nova Carta, alegando que mandato de Sarney é transitório e que a transitoriedade acaba com a promulgação da Constituição.

— O Congresso vai sofrer uma pressão muito grande da população — previu.